



**CONTRIBUINDO PARA O  
FOMENTO DA CIDADANIA, PROMOÇÃO  
DO ESTADO DE DIREITO, PROTEÇÃO DAS  
LIBERDADES FUNDAMENTAIS, JUSTIÇA,  
RESPONSABILIDADE SOCIAL E O RES-  
PEITO AO MEIO AMBIENTE**



## CIDADANIA E RESPONSABILIDADE



Neste capítulo, serão abordadas as atuações voltadas para a parte mais especializada da Polícia Militar, demonstrando que os esforços empregados durante o ano de 2023 contribuíram para a redução dos índices de criminalidade e para maior aproximação da Instituição com a sociedade paraense. O Comando de Policiamento Especializado (CPE) tem atuação ligada a inúmeras frentes, como proteção do aquartelamento e prédios públicos, segurança das rodovias estaduais, apoio ao turista, policiamento voltado às escolas e entornos, área rural, crianças e adolescentes em situação de risco e mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Será explanado também, como as ações voltadas ao policiamento ambiental e fluvial, realizadas pelo Comando de Policiamento Ambiental (CPA), melhoraram a proteção do meio ambiente, a segurança dos moradores de comunidades de população tradicional e da repressão aos crimes praticados em área de mata. Necessário acrescentar as ações educativas e de capacitação da população para a conscientização e preservação ambiental. Soma-se a isso, as ações da Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (DPCDH), com medidas de cunho educativo para promover maior respeito aos bens jurídicos, retirando jovens da ociosidade e das drogas, assim como especializando a tropa para melhorar a proximidade da comunidade com a PMPA.

A Corregedoria-Geral da Polícia Militar é trazida para demonstrar as orientações e fiscalizações da tropa, unificando cada vez mais a atuação para garantir serviço de qualidade à sociedade paraense. Ressalta-se serviços como o acolhimento do cidadão para relatar comunicações de fato, assim como o policial militar que tenha sofrido alguma ameaça, incluindo a possibilidade de mudança de endereço. A Con-

sultoria Jurídica teve papel fundamental no ano de 2023, com o suporte jurídico para decisões técnicas do Comandante-Geral da PMPA sobre diversos temas.

Por fim, o capítulo traz as diversas ações voltadas à responsabilidade social da PMPA frente aos policiais e a sociedade, utilizando os meios disponíveis para auxiliar em terapias, fortalecer vínculos, resgatar animais e, principalmente, salvar vidas.



Fonte: PM/2, EMG, PMPA.



## POLICIAMENTO ESPECIALIZADO



O Comando de Policiamento Especializado (CPE) é responsável pela preservação da ordem pública em todo o Estado, atuando de forma técnica e integrada com outros órgãos públicos e segmentos sociais. Para isso, prima pela qualificação do efetivo para poder atender às demandas existentes. A atuação ocorre mediante a articulação de ações preventivas e repressivas do policiamento, além das ações de mobilização social nas esferas educacional, assistencial, turística, eventos, trânsito, guardas e rural.

O CPE diligencia para garantir a segurança da população local por meio das seguintes unidades subordinadas: Batalhão de Polícia de Guardas (BPGDA), Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV), Batalhão de Polícia de Eventos (BPE), Batalhão de Polícia Turística (BPTUR), Batalhão de Polícia Escolar (BPOE), 1º Batalhão de Polícia Rural (1º BPR/ Marabá), 2º Batalhão de Polícia Rural (2º BPR/ Castanhal) e Companhia Independente de Polícia Assistencial (CIEPAS).

## BATALHÃO DE POLÍCIA DE EVENTOS



O Batalhão de Polícia de Eventos (BPE) está localizado no Estádio Olímpico do Pará Jornalista Edgar Proença, no Bairro Mangueirão. O prédio foi recentemente construído, proporcionando aos militares maior conforto durante o período de trabalho. A localização estratégica possibilita a proximidade com a sociedade, garantindo maior agilidade e eficiência.

Os policiais do BPE correspondem à tropa especializada e atuam para coibir crimes, contravenções, reprimir infratores, evitar tumultos e restabelecer a ordem pública, agindo em favor da sociedade.

O efetivo é empregado em circunstâncias que envolvam grande concentração de pessoas, como festas de rua e religiosas,

além dos diversos tipos de jogo, atuando na prevenção e restabelecimento da ordem. A ação do BPE é pautada pelo planejamento prévio para obter o máximo de efetividade.

A Unidade segue o Plano Estratégico da PMPA ao cumprir a iniciativa estratégica 5.4.2, "Elaborar e implementar projetos para definir e implantar doutrina e técnicas de uso diferenciado da força", possibilitando com que a tropa possa agir com técnica, além de atender a população com base nos regramentos legais, com maior atenção aos princípios constitucionais.

Fomenta-se a atuação do BPE com outros órgãos ligados à Segurança Pública, garantindo que o cidadão tenha um atendimento de excelência.



Fonte: BPE, PMPA.

# BATALHÃO DE POLÍCIA DE GUARDA

O Batalhão de Polícia de Guarda (BPGDA), subordinado ao Comando de Policiamento Especializado (CPE), foi criado em agosto de 1984, através do Decreto Governamental n.º 3384. A unidade está situada dentro do Complexo da Polícia Militar, na Avenida Doutor Freitas, n.º 2479, em Belém.

A missão institucional do Batalhão é pautada na execução do policiamento ostensivo de guarda patrimonial, promovendo a segurança do aquartelamento e das sedes dos poderes estaduais, principalmente o Palácio do Governo, a fim de garantir a ordem e a proteção dessas instalações

militares e civis. Além disso, desempenha papel fundamental nas ocasiões em que são prestadas honras militares às autoridades nacionais e internacionais.

O BPGDA tem suas ações norteadas pelo Plano Estratégico da PMPA, sempre fomentando a atuação em conformidade com a lei, a promoção do Estado de direito e a responsabilidade social.

Há enfoque especial da Unidade na proteção do patrimônio e das instalações, ampliando ações, serviços e desempenhos operacionais, garantindo a ordem pública e a segurança.

## Ações desenvolvidas

### Guarda de Honra

A atuação da Guarda de Honra do Batalhão é voltada para cerimoniais e tem a força armada posta para prestar honras militares em atos solenes oficiais, ou de serviço público, que exijam essa representação, inclusive em eventos religiosos.



Fonte: BPGDA, PMPA.

### Guarda de Instalações

A guarda e a segurança de instalações é prestada para a manutenção da segurança e o controle de acesso ao interior das principais sedes dos Poderes Estaduais.

Esses serviços são prestados de maneira ostensiva e ininterrupta, com o intuito de proteger as instalações e o próprio serviço assegurando o desempenho de forma mais tranquila.



Fonte: BPGDA, PMPA.



## BATALHÃO DE POLÍCIA RURAL



Os dois Batalhões de Polícia Rural (BPRs) são unidades especializadas, subordinadas ao Comando de Policiamento Especializado (CPE), responsáveis pelo policiamento da área rural do Estado do Pará. Atuando de forma preventiva e reativa, os BPRs têm como principal característica o policiamento de proximidade com o produtor rural e o morador do campo, através da utilização de tecnologias de georreferenciamento e geoprocessamento. O emprego dessas tecnologias permite a estas unidades a execução de um policiamento ostensivo direcionado, com

a diminuição do tempo resposta quando do surgimento das demandas em área rural.

A utilização das placas de identificação das propriedades cadastradas e monitoradas, aliado ao emprego de tecnologias de geoprocessamento, vêm mostrando cada vez mais a eficácia na diminuição de ocorrências delituosas nas zonas rurais dos municípios atendidos pelos Batalhões de Polícia Rural. Essa redução de criminalidade está proporcionando maiores investimentos, geração de emprego e renda e a fixação do homem no campo.

### 1º BPR



#### Operacionalização

Criado a partir da Lei Complementar n.º 153, de 01 de julho de 2022, foi inaugurado em 19 de agosto de 2022, com efetivo inicial de 54 policiais militares detentores do 1º Curso de Patrulha Rural Georreferenciada, realizado no município de Santa Izabel, no mês de junho de 2022. A circunscrição abrange área de cobertura de 35 municípios da região sul do Pará. Atualmente, realiza cadastro de todas as propriedades rurais da região, objetivando a criação de banco de dados com informações úteis para a área de segurança pública.

Para facilitar a localização das propriedades cadastradas, os policiais militares registram as coordenadas geográficas da região, criando endereço e rota de acesso, visando melhorar o tempo resposta da Polícia Militar, tornando a ação policial mais eficaz. Cada propriedade cadastrada possui numeração e placa de forma ostensiva, a fim de facilitar a identificação.

Atualmente, a Unidade realiza o Patrulhamento Rural Georreferenciado nos municípios de Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Rondon do Pará, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Parauapebas, Piçarra, Palestina do Pará, Tucuruí, Curionópolis, Xinguara, Dom Eliseu, Redenção. O 1º BPR possui um banco de dados com 1.372 propriedades cadastradas.



Fonte: ASCOM, PMPA.



## Ações desenvolvidas

O modelo de Patrulhamento Rural interage ativamente com as comunidades por meio de reuniões periódicas, grupos de redes sociais, cartilhas de orientação para minimização de riscos, palestras, visitas técnicas, entre outros.

### Patrulha Rural Escolar

Tem a finalidade de mapear escolas da zona rural para maior efetividade no atendimento. Realiza, também, palestras nas escolas rurais. Cada escola cadastrada tem uma numeração e placa de forma ostensiva.

### Criança Rural

Na responsabilidade social, o 1º Batalhão de Polícia Rural arrecada e distribui brinquedos e cestas básicas às crianças e famílias da Zona Rural nas datas comemorativas do Dia das Crianças e no Natal.

### Corrida Rural

Com o intuito de promover a prática de atividade física e o bem estar social, assim como aproximar a comunidade ao Batalhão, foi realizada a 1º Corrida Rural promovida pelo 1º Batalhão de Polícia Rural, que contou com 120 inscritos.

## 2º BPR

Localizado no Município de Castanhal, o 2º Batalhão de Polícia Rural executa várias operações e ações na intenção de mitigar a atividade criminosa no ambiente rural, a exemplo da Zona Rural Segura, Prevenção Ativa e Policiamento Rural Direcionado.

Composto por um efetivo de 111 militares, o 2º BPR vem atuando para combater a ação delituosa nas áreas rurais da circunscrição. Em 2023, com emprego do policia-

mento ostensivo de forma direcionada, a partir da análise criminal, obteve redução de 47% nos crimes cometidos na zona rural, quando comparado com o ano de 2022. Com mais de 1.510 propriedades cadastradas desde a ativação, a unidade possui cadastros nos 47 municípios da área de atuação e segue expandindo esses números por meio de ações de divulgação e apresentação em reuniões junto aos Sindicatos, Secretarias e Associações rurais.



Fonte: SIAC/SEGUP.



## Ações desenvolvidas

### Zona rural segura

A fim de atuar em toda área de circunscrição do 2º BPR, esta operação tem por objetivo reforçar o policiamento ordinário realizado pela unidade, a fim de aumentar a presença do efetivo nas zonas rurais dos Municípios. A ação visa o cumprimento dos cartões-programa desenvolvidos pela seção de planejamento do Batalhão, fazendo visitas técnicas nas propriedades cadastradas e efetuando novos cadastros, conforme demanda da Central de Atendimento e Monitoramento da Unidade, visando identificar demandas sociais.



Fonte: 2º BPR, PMPA.

### Prevenção ativa

Após a conclusão do 1º Curso de Prevenção Ativa, em que parte do efetivo do 2º BPR foi concluinte, empregou-se o policiamento focado na proximidade com a comunidade, principalmente a comunidade rural. Com isso, essa Operação tem como finalidade atuar mais próxima às Escolas, Igrejas, Comunidades e Associações de Moradores destas regiões, com ações pontuais como o Pontos Base Estratégicos e rondas ostensivas, aumentando a visibilidade da PMPA na localidade.



Fonte: 2º BPR, PMPA.

### Policiamento Rural Direcionado

O 2º BPR, por ser Unidade Especializada em Policiamento Rural, diariamente recebe demandas para se fazer presente em reuniões de Sindicatos de Produtores Rurais, Secretarias de Agricultura Municipais e Lideranças de Comunidades Rurais, bem como em Feiras Agropecuárias e eventos afins, com o intuito de apresentar a modalidade de policiamento exercida pela Unidade e, posteriormente, realizar cadastros das propriedades locais, além de ações preventivas nos ramais e vias rurais. Portanto, é nesse contexto que a Operação Policiamento Rural Direcionado é aplicada.



Fonte: 2º BPR, PMPA.

# BATALHÃO DE POLÍCIAMENTO ESCOLAR

## Cursos de capacitação

O Batalhão de Policiamento Escolar (BPOE) foi criado pela Lei Complementar n.º 165, de 28 de abril de 2023, resultando na mudança organizacional de Companhia Independente de Polícia Escolar (CIPOE) para Batalhão de Policiamento Escolar, com o objetivo principal de levar maior alcance às ações de segurança escolar desenvolvidas pela unidade, visando a prevenção da violência.

A atuação do BPOE cumpre os objetivos previstos no Plano Estratégico da PMPA, tanto para a promoção dos Direitos Humanos, quanto para proporcionar melhor atendimento à população. Tais medidas estão evidenciadas, principalmente, na iniciativa estratégica 13.1.3, a qual busca elaborar e implementar projetos de universalização do policiamento escolar. Destaca-se que o Batalhão de Policiamento Escolar desem-

penha papel essencial na construção de ambientes escolares mais seguros, promovendo uma relação de segurança entre a comunidade escolar e a Polícia Militar.

Atualmente, a Unidade realiza ações por meio das rondas escolares e visitas técnicas de segurança nas escolas públicas paraenses, contando com a realização de operações específicas de policiamento especializado, tais como Raio Escolar, Operação Guardiões, Plano de Segurança Escolar, Operação Volta às Aulas e Operação Recobrimento Escolar.

Todas essas ações são idealizadas e planejadas em consonância com os princípios constitucionais dos direitos humanos, da cultura de paz e de respeito às legislações que asseguram os direitos das crianças e adolescentes.

**340**  
Escolas



**170.783**  
Alunos

Fonte: BPOE, PMPA.

Em 2023, o Batalhão de Policiamento Escolar (BPOE) realizou as referidas ações com foco na Região Metropolitana de Belém, onde existem 340 escolas públicas da rede estadual de ensino, com 170.783 alunos matriculados. Foram atendidos 154.671 alunos pelas diversas ações do Batalhão, perfazendo 91% de atendimento.

Está previsto o aumento da atuação do Batalhão nas escolas públicas em 2024 em ações de segurança escolar, garantindo maior eficiência do policiamento e mais segurança aos estudantes, docentes e demais profissionais que atuam nas unidades de ensino.

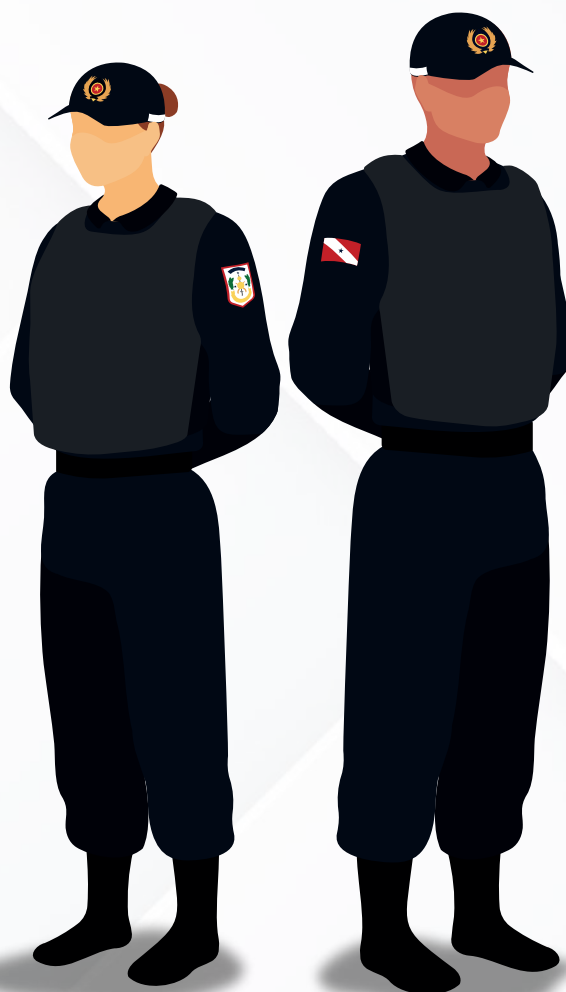


### Alunos atendidos pelo BPOE em 2023

**272**  
PROERD

**2.547**  
Operação Escola  
Segura

**3.047**  
Plano de Segurança  
Escolar



**16.261**  
Operação Guardiões

**18.200**  
Operação Volta  
às Aulas

**22.585**  
Operação Raio  
Escolar

Fonte: BPOE, PMPA.

As operações extraordinárias são realizadas pelo Batalhão de Policiamento Escolar (BPOE) por meio de ações preventivas e repressivas, a fim de garantir maior suporte ao policiamento ordinário e maior segurança aos profissionais ligados à educação para melhor desempenho das atividades educacionais.

O efetivo do Batalhão atua com esforço concentrado junto à comunidade escolar por meio da intensificação de rondas tanto no perímetro escolar, como no interior das Unidades de Ensino. Dessa forma, foi possível aumentar o número de operações, além de intensificar as palestras educativas, a fim de prevenir e coibir violência no âmbito escolar.

Ressalta-se que, em 2023, houve uma série de ameaças e atentados às escolas em todo o território nacional, motivadas, principalmente, pelo evento crítico ocorrido em 1999 na escola Columbine, no Colorado, EUA. Diante dos casos, o Estado do Pará adotou uma série de medidas para proteger os alunos e os servidores ligados à educação. Com isso, o Pará foi um dos Estados do país que não teve registro de incidentes envolvendo ataque ativo às escolas.

A fim de garantir a transparência e publicidade das ações desempenhadas pelo BPOE, é possível verificar, em comparação com o ano de 2022, o latente aumento da Prevenção Ativa em 130%, das Abordagens em 100% e das Palestras em 520%.



## I Fórum de Segurança Escolar no Estado do Espírito Santo

A Tenente Coronel PM Simone, Comandante do Batalhão de Policiamento Escolar, representou a Polícia Militar do Pará no 1º Fórum Nacional de Segurança Escolar, realizado nos dias 27 e 28 de julho de 2023 no Estado do Espírito Santo. O evento reuniu, aproximadamente, 400 participantes, oriundos de 17 Estados da federação, cujo objetivo foi promover o compartilhamento de experiências e o aprimoramento

das estratégias de segurança em escolas de todo o país, reunindo especialistas, educadores e profissionais da segurança pública para um debate intersetorial sobre a importância da segurança escolar. Com isso, o Pará trocou experiências com outras polícias estaduais e aprimorou o policiamento local, aprimorando a prestação de serviço, melhor servindo à sociedade paraense.



Fonte: ASCOM, PMPA.

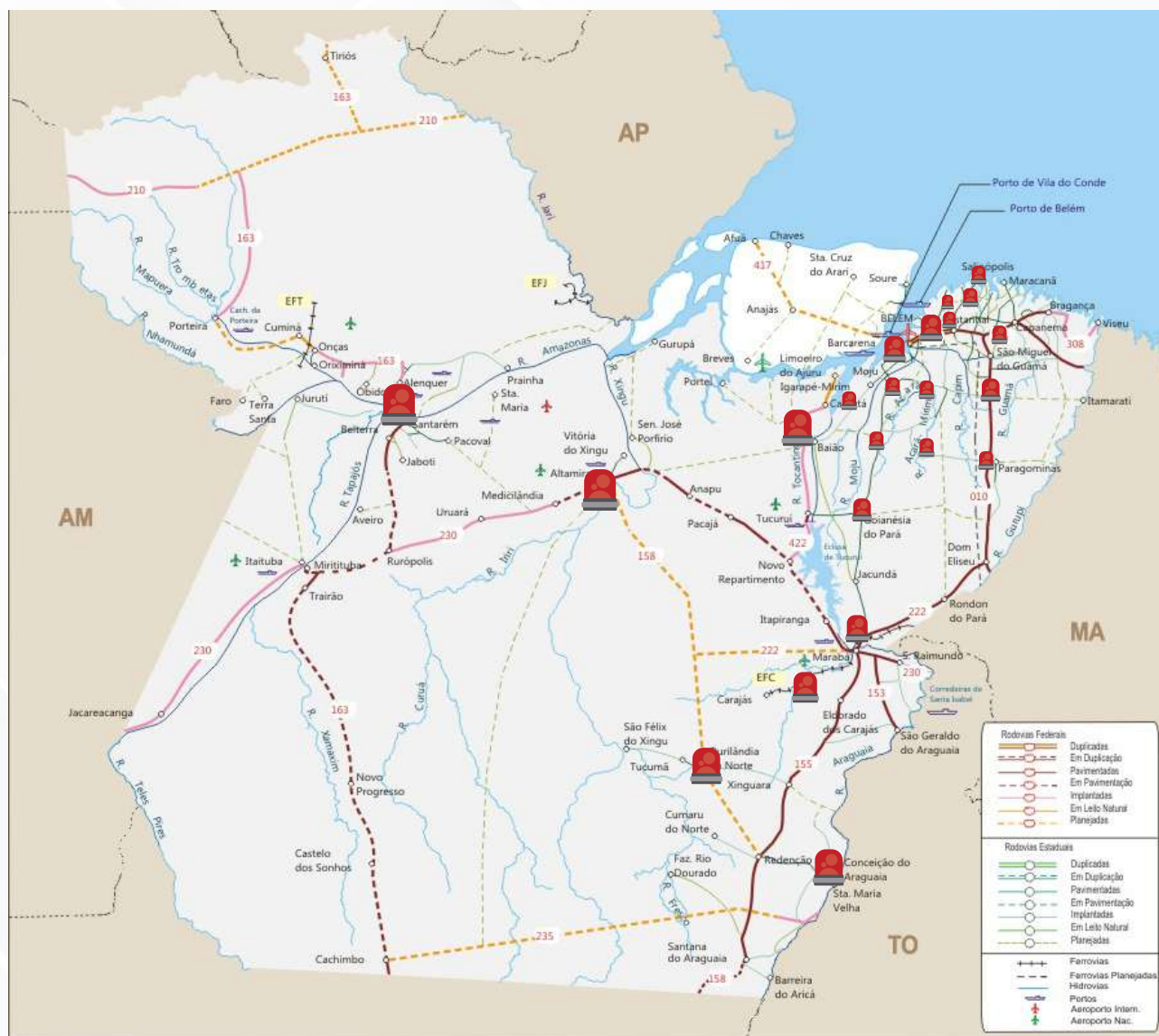


## BATALHÃO DE POLÍCIA RODVIÁRIA



O Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV) é referência na fiscalização e segurança nas rodovias do Estado, com bases em 21 municípios e abrangência superior a 50 cidades. Essa Unidade operacional é

responsável pelo recobrimento de cerca de 35% do território paraense, com malha viária de 6.520 quilômetros de circunscrição estadual, ressalvada a competência de fiscalização dos Órgãos Federais.



Fonte: BPRV, PMPA.

Para cumprir as metas estabelecidas no Plano Estratégico da PMPA, o BPRV orienta as ações da Unidade por meio da iniciativa estratégica 13.1.2, "Elaborar e Implementar projeto de desconcentração das atividades de policiamento rodoviário".

O Batalhão prioriza o contato imediato com as pessoas que estão diretamente

envolvidas com a rotina das regiões, possibilitando, assim, a obtenção de informações de forma rápida e objetiva. Além disso, aproxima o cidadão do atendimento oferecido pela guarnição que está envolvida na missão. Os militares fazem contato com órgãos locais e convocam moradores para maior interação, recebendo demandas sociais e estreitando laços.



## Ações desenvolvidas

### Operação de Visibilidade Contra Roubos

A Operação de Visibilidade Contra Roubos, é realizada por meio do posicionamento estratégico de VTRs em áreas identificadas pelo mapeamento do cenário com base em mancha criminal, observando os registros de crimes e as demandas por policiamento. A ação ocorre tanto no período matutino, quanto no noturno, com duração média de 2 horas no local.

O principal objetivo é dissuadir possíveis condutas ilícitas, além de funcionar como ponto de apoio para a população, que considera o local de fácil acesso aos serviços policiais. Dessa forma, a operação visa aumentar a sensação de segurança e a confiabilidade da sociedade.



Fonte: BPRV, PMPA.

### Inspeções veiculares contra roubo de cargas e tráfico de drogas

Com o intuito de intensificar a repressão qualificada, esta ação concentra esforços em operações de saturação, empregando o policiamento direcionado para a abordagem de veículos, com revistas e conferência de documentação, podendo ser realizada em conjunto com outros órgãos, ou não. A implementação desse policiamento resultou num aumento significativo nos números de apreensões, destacando-se, especialmente, as cargas com irregularidades ambientais, como as madeiras.

Durante estas ações, são abordados coletivos e carros de passeios, reduzindo os níveis de criminalidade, conferindo maior segurança aos viajantes, além de oferecer orientações voltadas ao uso do cinto e direção segura. Em algumas situações, é solicitado apoio ao Batalhão de Ações com Cães (BAC) para atuar em conjunto com o BPRV, empregando cães farejadores para localizar entorpecentes, melhorando a segurança e retirando drogas ilícitas de circulação.



Fonte: BPRV, PMPA.



Fonte: BPRV, PMPA.



## Educação para o trânsito

A iniciativa está alinhada à aplicação do Programa Educacional de Segurança para o Trânsito, em consonância com o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), criado em 2018 pela Lei n.º 13.614, de 11 de janeiro de 2018.

Em 2023, houve queda expressiva nos números de acidentes com mortes nas rodovias paraenses, uma redução histórica

de 54% em relação a 2022, demonstrando o compromisso da Polícia Militar do Pará com toda a sociedade.

Ressalta-se, a importância do alinhamento do PNATRANS com o Plano Estratégico da PMPA, buscando aprimorar o desempenho na prevenção de mortes violentas, reduzir a criminalidade e promover a integração entre as instituições de segurança pública para salvaguardar a sociedade.



Fonte: BPRV, PMPA.

## BATALHÃO DE POLÍCIA TURÍSTICA

O Batalhão de Polícia Turística (BPTUR) tem atuado em diversas frentes no policiamento ostensivo, tanto em ações rotineiras, quanto em ações específicas e pontuais junto aos turistas, sempre cumprindo a missão constitucional que cabe à Polícia Militar, no que tange à ordem pública e a polícia ostensiva, conforme previsto no art. 144, § 4º da Constituição Federal de 88. A sede do Batalhão fica localizada no Complexo Histórico Tiradentes, na Travessa Gaspar Viana, n.º 746, Bairro Reduto.

O BPTUR pauta suas ações no Plano Estratégico da PMPA, buscando fomentar a cidadania, promoção do Estado de direito, proteção das liberdades fundamentais, justiça e responsabilidade social, com ações voltadas ao policiamento turístico. O Batalhão apresenta um enfoque especial na qualidade do atendimento ao público, ampliando ações, serviços e desempenhos operacionais, para garantir a ordem pública e a segurança. Em 2023, foram efetivadas diversas ações, com ênfase em 261 atendimentos à turistas.



Fonte: BPTUR, PMPA.



Fonte: BPTUR, PMPA.



## Policiamento Geo-Turístico

Essa é uma ação realizada em colaboração com a Universidade Federal do Pará (UFPA), como parte integrante do Programa de Pós-Graduação em Geografia. O Batalhão atua de forma ostensiva, com base em roteiro previamente informado. O projeto visa valorizar a memória socioespacial e patrimonial, material e imaterial da capital paraense, por meio da criação e aplicação de roteiros turísticos temáticos. Foram realizadas 6 operações, atendendo mais de 200 participantes, entre estudantes e turistas. A perspectiva é que o evento ganhe cada vez mais visibilidade, resultando no aumento do número de participantes.



Fonte: BPTUR, PMPA.

## Fiscalização no Terminal Hidroviário de Belém

Em períodos do ano em que há aumento do fluxo de pessoas no Terminal Hidroviário de Belém, como feriados prolongados, férias, Círio de Nazaré e as festas do final de ano, é realizada uma operação conjunta com o Batalhão de Ações com Cães (BAC), intensificando a utilização de cães farejadores, e o emprego da Companhia Independente de Policiamento Fluvial (CIPFLU), realizando patrulhamento fluvial no entorno do terminal. Em 2023, foram realizadas mais de 100 orientações, resultando na redução dos registros de ocorrências.



Fonte: BPTUR, PMPA.

## 1º Curso de Ações em Policiamento Turístico

O 1º Curso de Ações em Policiamento Turístico (I CAPTUR) teve início no mês de agosto de 2023 e capacitou 20 policiais da PMPA e coirmãs. Durante o curso, houve repasse da doutrina de policiamento turístico, alinhando os procedimentos operacionais padronizados e adotados pela Corporação. Além disso, os participantes receberam atualização para o manuseio dos armamentos, conhecimento das técnicas e aulas de inglês. O curso contou com carga horária de 230 horas-aula, divididas entre teoria e estágio operacional.



Fonte: ASCOM, PMPA.



## ATENDIMENTOS TÍPICOS DO BPTUR

**5.137**

Boletim de Atendimento Policial Militar (BAPMs) confeccionados

**5**

Veículo recuperado

**65**

Pessoa em atitude suspeita

**2.017**

Apoio ao turista

**6**

Veículo roubado

**90**

Visita técnica de segurança/rondas

**7**

Turista em situação de vulnerabilidade

**5**

Solicitação de apoio pela comunidade, entidade ou órgão

**9**

Ameaça

**12**

Escortas

**174**

Abordagem a pessoas

**22**

Abordagem de veículos

**5**

Resgate de pessoa

**321**

Prevenção Ativa

TOTAL

**7.875**



Fonte: BPTUR, PMPA.



## COMPANHIA INDEPENDENTE ESPECIAL DE POLÍCIA ASSISTENCIAL

### Compromisso com a segurança e bem-estar da população

A Companhia Independente Especial de Polícia Assistencial (CIEPAS), integrante do Comando de Policiamento Especializado (CPE), tem como missão primordial oferecer assistência e proteção a grupos em situação de extrema vulnerabilidade social. Este público inclui crianças, adolescentes, idosos e, de maneira especial, mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Situada na Travessa Francisco Caldeira Castelo Branco, n.º 239, a CIEPAS se dedica incansavelmente à segurança e ao bem-estar desses segmentos da população na Região Metropolitana de Belém (RMB).

Conforme estipulado no Plano Estratégico da Polícia Militar do Estado do Pará 2015-2025, a Unidade está firmemente comprometida em alcançar as metas estabelecidas nos objetivos 3 e 4, que visam ampliar o sentimento de segurança e a confiança da população paraense na PMPA.

Para atingir essas metas, o Plano Estratégico destaca diversas estratégias, sendo a estratégia 5.4 de particular relevância, pois se propõe a promover a igualdade e os direitos humanos. Isso indica o interesse que a PMPA tem em assegurar os direitos e a dignidade de todos os membros da sociedade, independentemente da origem, gênero, idade e outras características.

Adicionalmente, a iniciativa estratégica 8.1.1 evidencia o compromisso da PMPA em desenvolver ações em parcerias e convênios de Cooperação Técnica com instituições públicas e privadas. A atuação da CIEPAS está fortemente vinculada às parcerias com órgãos como a Fundação da Criança e Adolescente do Pará (FASEPA) e o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Essas medidas são fundamentais para o êxito das iniciativas

da Unidade e para a concretização da missão de proteger e amparar os mais vulneráveis na sociedade.

A CIEPAS está empenhada em aprimorar o desempenho na prevenção à violência e à criminalidade, conforme estabelecido no objetivo 13 do Plano Estratégico. Isso inclui a elaboração e implementação de projetos para a transversalização dos policiamentos especializados, como o policiamento escolar, assistencial e turístico.

O comprometimento dessa Unidade em atingir esse objetivo é um exemplo eloquente de como a colaboração entre diferentes entidades pode resultar em ações significativas, para a proteção e o amparo das pessoas em situações de risco.



Fonte: CIEPAS, PMPA.



## Visitas técnicas nas Unidades Socioeducativas da FASEPA

A Companhia Independente Especial de Polícia Assistencial (CIEPAS) realiza diariamente duas visitas técnicas de prevenção, abrangendo todas as 11 unidades socioeducativas da Fundação Socioeducativa do Pará (FASEPA), localizadas nos municípios de Belém, Ananindeua e Benevides. Durante essas visitas, o foco principal é avaliar o número de socioeducandos em cada unidade e abordar quaisquer questões relacionadas à segurança interna e externa, além de manter um alinhamento operacional com os funcionários das unidades socioeducativas.

Além destas visitas, os policiais militares dessa Unidade de policiamento especial realizam inspeções regulares nos espaços internos das unidades, com o objetivo de evitar fugas, distúrbios e outras situações de risco. Essas medidas visam garantir a proteção de todos os envolvidos na socioeducação e da comunidade que reside no entorno.

Apesar dos esforços preventivos, eventualmente podem ocorrer distúrbios por

parte dos internos. Em tais casos, a CIEPAS adota uma abordagem humanitária, empregando técnicas e táticas específicas para controlar e solucionar esses incidentes infrações, restabelecendo a ordem.

No período de janeiro a setembro de 2023, houve um aumento de 9,8% de Visitas Técnicas de Prevenção em comparação com o mesmo período de 2022. A meta da Companhia para o ano de 2024 é manter um aumento progressivo, alinhado ao objetivo 13 do Plano Estratégico da Polícia Militar do Estado do Pará 2015-2025, “Aprimorar o Desempenho na Prevenção à Violência e à Criminalidade”.

As Visitas Técnicas de Prevenção nas Unidades Socioeducativas da FASEPA são um exemplo de como a CIEPAS está comprometida em garantir a segurança e o bem-estar de todos os envolvidos na socioeducação do Estado do Pará. Esse compromisso reflete a dedicação contínua da Unidade em proteger os mais vulneráveis.



Fonte: CIEPAS, PMPA.



## Patrulha Maria da Penha

A Patrulha Maria da Penha é uma ação de policiamento da Companhia Independente Especial de Polícia Assistencial (CIEPAS) que opera por meio do Acordo de Cooperação Técnica n.º 038/2019 e que está em consonância com o objetivo 7 do Plano Estratégico, "Aperfeiçoar a integração entre as instituições de segurança pública para salvaguardar a sociedade". Este acordo é uma parceria entre várias instituições, incluindo o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), Polícia Militar do Pará, Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA) e a Fundação PARÁPAZ.



Fonte: CIEPAS, PMPA.

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar encaminha mulheres vítimas de violência doméstica, que estão amparadas por medidas protetivas e desejam participar

do programa, para a Polícia Militar do Pará (PMPA). As guarnições da Corporação, por meio das Rondas Patrulha Maria da Penha, desempenham um papel crucial de monitorar o cumprimento das medidas protetivas por meio de visitas regulares.

No primeiro semestre de 2023, foram realizadas 1.924 visitas técnicas na modalidade de policiamento de Patrulha Maria da Penha no município de Belém, representando um aumento de 18% em comparação com o mesmo período do ano passado. Para 2024, a CIEPAS tem como objetivo continuar os esforços para atender mais mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

As medidas protetivas fiscalizadas pela Patrulha Maria da Penha podem incluir o afastamento do agressor do lar ou local de convivência com a vítima, a proibição do agressor de se aproximar da vítima, entre outras. Além disso, o programa acelera a resposta no atendimento de ocorrências de violência contra a mulher incluída nas relações das rondas, pois permite que as vítimas denunciem para o canal de urgência e emergência da segurança pública através do aplicativo "SOS Patrulha Maria da Penha".

As rondas da Patrulha representam o emprego de força policial com o intuito de reprimir ações violentas do agressor. É a forma que o Governo do Estado, em conjunto com a Vara de Violência Doméstica e Familiar, tem utilizado como ferramenta para impedir a perpetração de novos episódios de violência por parte do agressor.

A Patrulha Maria da Penha é um exemplo de como a colaboração entre diferentes entidades pode resultar em ações significativas para a proteção e o amparo das mulheres em situações de risco. Esse compromisso reflete a dedicação contínua da PMPA em garantir a segurança e o bem-estar dos grupos vulneráveis na sociedade.



## Combate à Importunação Sexual nos Estádios

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) lançou uma ação preventiva de combate à importunação sexual nos campos de futebol, em parceria com as Polícias Militar, Civil e a Guarda Municipal de Belém. A campanha, intitulada “Importunação sexual é crime. Não faça parte desse time”, vem sendo realizada durante as partidas do Campeonato Paraense de Futebol.

O objetivo principal é garantir a participação efetiva das mulheres e da comunidade LGBTQIAP+ nas arquibancadas. Para isso, são realizadas ações preventivas, educativas e, se necessário, repressivas, para o enfrentamento ao crime de importunação sexual, com a presença de equipes especializadas no combate à violência.

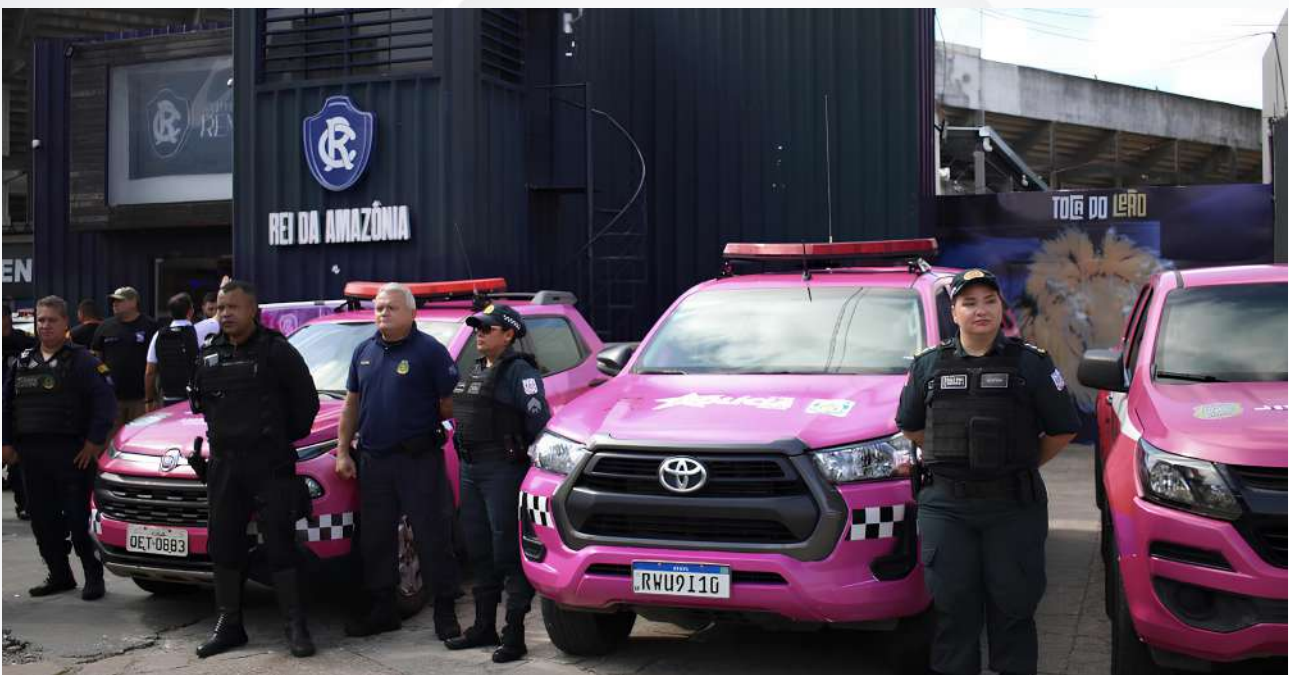
A Companhia Independente Especial de Polícia Assistencial (CIEPAS) desempenha um papel fundamental nesta campanha, devido ao extenso conhecimento operacional de atendimento às mulheres e pessoas vulneráveis. A atuação do policiamento visa criar uma cultura de respeito na sociedade para redução dos crimes desta natureza, não somente nos estádios, mas

em outros espaços, como o transporte público, onde as mulheres e pessoas LGBTQIAP+ são constantemente importunadas.

A integração é um ponto primordial na realização da campanha, com a presença de equipes aptas para atuar repressivamente em situações de flagrante detectadas no local. Os policiais militares da CIEPAS estão sempre prontos para atender essas ocorrências, operando com as viaturas rosas, usadas no Programa Pró-Mulher Pará.

O combate à importunação sexual nos estádios é uma ferramenta relevante por ser referência para o acolhimento das vítimas e incentivo às denúncias. Além de aumentar o leque das informações, promove a conscientização e educação dos torcedores e do público em geral. A iniciativa resulta da colaboração e atuação integrada entre os órgãos de segurança e reflete em mais proteção e acessibilidade sem restrições.

A CIEPAS divulgou o relatório anual, oferecendo uma visão abrangente e detalhada das operações ocorridas nos anos de 2022 e 2023, conforme será apresentado a seguir.



Fonte: CIEPAS, PMPA.



## Avanços significativos na segurança e assistência

Em 2022, a Companhia Independente Especial de Polícia Assistencial (CIEPAS) realizou 9.201 rondas policiais em unidades socioeducativas da FASEPA, um número impressionante que representa um esforço contínuo para garantir a segurança dessas instituições.

Foram também realizadas 45 revistas nessas localidades, demonstrando o compromisso dessa Unidade Policial Militar com a manutenção da ordem e da segurança.

Naquele mesmo ano, a CIEPAS realizou 67 escoltas de socioeducandos e prestou 701 apoios a Oficiais de Justiça, em cumprimento às medidas protetivas de urgência estabelecidas pela Lei Maria da Penha.

Isso representa um aumento de quase 10% em relação ao ano de 2021, destacando o compromisso da Unidade

em promover atendimento humanizado e de qualidade para a sociedade.

Em 2023, essa Unidade Especializada desempenhou 7.639 rondas policiais nas unidades socioeducativas. O número de visitas técnicas de fiscalização de medidas protetivas aumentou para 1.924.

Além disso, no mesmo ano, a CIEPAS prestou assistência a 210 crianças e adolescentes, bem como, a 29 idosos em situação de vulnerabilidade, um aumento de cerca de 33% em comparação com 2022.

Os dados do relatório anual destacam o compromisso contínuo da organização em garantir a segurança e o bem-estar dos grupos vulneráveis na sociedade, reafirmando o papel crucial na promoção da segurança pública e defesa social.



Fonte: CIEPAS, PMPA.





Fonte: CPA, PMPA.

A Polícia Militar do Pará, por meio do Departamento Geral de Operações (DGO), em conjunto com o Comando de Policiamento Ambiental (CPA), planeja estratégias preventivas e repressivas e monitora ações para combater, de forma contínua, os crimes ambientais.

A constituição desse arco estratégico está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que consistem em 17 metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Sobre isso, destaca-se o objetivo 16, "Paz, Justiça e Instituições eficazes", que tem a finalidade de promover a construção de sociedades pacíficas e inclusivas quanto ao desenvolvimento sustentável. Esse objetivo se coaduna, com o objetivo 7 do Plano Estratégico da Corporação, "Aperfeiçoar a Integração entre as Instituições de Segurança Pública para salvaguardar a Sociedade", somado à estratégia 7.1, "Fortalecer e ampliar as ações, serviços e operações integradas de Segurança Pública e Defesa Civil". As ações permitem atendimento mais adequado e especializado para a população, respondendo às demandas técnica e legalmente.



Fonte: CPA, PMPA.



## Ações realizadas pelo CPA ★

### Policamento no Parque Ambiental do Utinga

O policiamento ambiental no Parque Estadual do Utinga “Camillo Vianna” é realizado pelo Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) de maneira ordinária e extraordinária, ostensiva e preventiva, tanto por meio de patrulhamento motorizado (viatura ou motocicleta), quanto a pé.

Destaca-se que a operação extraordinária denominada “Patrulha Ambiental” ocorre de segunda-feira à quarta-feira e complementa o policiamento ordinário na referida unidade de conservação ambiental, protegendo o meio ambiente e os frequentadores do local, garantindo um ambiente saudável e seguro.



Fonte: Agência Pará.

### Policamento em áreas ribeirinhas

A Companhia Independente de Polícia Fluvial (CIPFLU) desenvolve policiamento ao longo dos rios e mananciais, com o objetivo de atender às comunidades ribeirinhas e estabelecer uma rede preventiva voltada ao meio ambiente, por meio de palestras educativas, orientações e promoção de ações de sensibilização quanto à importância da preservação. Essa interação com a comunidade permite direcionar melhor as estratégias e ações do policiamento, melhorando a execução dos resultados obtidos, garantindo a confiabilidade da população para com o serviço policial-militar.

São realizadas rondas ostensivas no entorno da orla de Belém e ilhas próximas à Região Metropolitana, a fim de coibir a prática de crimes nos rios. Frequentemente, embarcações são abordadas para averiguação de algum ilícito e, caso necessário, há o encaminhamento à autoridade competente. Com isso, demonstra-se que a população está mais segura, com prestação de serviço ininterrupto em qualquer lugar.



Fonte: CPA, PMPA.



## Educação Ambiental

A Educação Ambiental faz parte da Seção de Ensino e Instrução do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), com uma capacitação formativa de quatro horas por dia durante uma semana, atendendo 30 crianças e adolescentes por turma, com faixa etária de 5 a 9 e 12 a 15 anos. A atividade alcança o público infantojuvenil das escolas que solicitam atendimento à unidade.

Por sua vez, mediante proposta de igrejas, institutos e Organizações não Governamentais, adultos também são capacitados com conteúdo adaptado ao público específico. O objetivo é conscientizar, de maneira lúdica, sobre a necessidade e importância da relação entre a sociedade e o meio ambiente, em prol do bem comum. Assim, são realizadas palestras educativas e encenações teatrais, ministradas por policiais militares devidamente capacitados para multiplicar conhecimentos sobre temas correlacionados.

Dessa maneira, buscando sensibilizar as pessoas sobre a relevância da preservação ambiental, em 2023 houve o atendimento de 6.543 pessoas, sendo o maior público de adultos alcançados, conforme o infográfico abaixo:



Fonte: CPA, PMPA.

849



Crianças

2.092



Adolescentes

3.602



Adultos

**Total de atendimentos: 6.543**



## Atendimentos realizados pelo CPA

O Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), realiza o policiamento ordinário, focando principalmente no resgate de animais, com posterior soltura em local adequado, além de ser responsável por garantir a segurança no entorno do Parque Estadual do Utinga, garantindo a proteção das espécies de fauna e flora existentes no Parque, localizado na área urbana da Capital.

No ano de 2023, o BPA registrou 1.001 resgates de animais, 154 entregas voluntárias e 1.394 apreensões, dentre essas 1.321 foram crustáceos. Além das ocorrências envolvendo animais, o BPA atuou em 152 situações envolvendo perturbação do sossego, garantindo maior tranquilidade à população, conforme infográfico abaixo:

Esse trabalho conta com parcerias estratégicas para a destinação dos animais encontrados, como a SEMAS, IBAMA, Mangal das Garças, Museu Emílio Goeldi, Bosque Rodrigues Alves e Centro Amazônico de Herpetologia. Tal parceria integra uma rede de proteção à vida animal, em consonância com o objetivo 1 do Plano Estratégico da Corporação, "Promover o respeito à vida e ao meio ambiente".

Ao mesmo tempo, o trabalho do BPA permite o atendimento qualificado para a questão, o respeito aos direitos humanos, preconizado no objetivo 5, especialmente na estratégia 5.4, "Promover a igualdade e os direitos humanos".



**1.001**  
Resgates de Animais

**154**  
Entregas voluntárias

**1.394**  
Apreensões

**152**  
Perturbação do Sossego



Fonte: DPCDH, PMPA.

A Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (DPCDH), segundo o que prescreve a Lei Complementar n.º 126, de 13 de janeiro de 2020, é responsável pela gestão das ações de polícia comunitária e direitos humanos, por intermédio da direção e do controle das iniciativas e estratégias preventivas no âmbito da Corporação, objetivando alinhar as ações aos anseios da sociedade.

Em consonância com os objetivos 4, 5 e 13 do Plano Estratégico, o Centro de Capacitação em Prevenção (CCP) busca investir de maneira estratégica no desenvolvimento de medidas preventivas e nos processos de evolução social, melhorando a confiabilidade da PMPA com a sociedade, além de fomentar a cidadania, a responsabilidade e a participação social, a fim de aprimorar o desempenho na prevenção à violência e à criminalidade.

Além disso, a DPCDH, por meio do CCP, também alinha os planejamentos visando dar ênfase às questões que envolvam o meio ambiente, com a inserção de disciplinas sobre o tema no currículo do Programa PMZITO e do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).

## Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)

O PROERD está alinhado com o Plano Estratégico da PMPA, fomentando a cidadania, responsabilidade e a participação social. Nesse sentido, é um esforço cooperativo estabelecido entre a Polícia Militar, a Escola e a Família, com o objetivo de capacitar os públicos infantojuvenil e adulto com informações e habilidades necessárias para aconselhar/influenciar pessoas, viver socialmente de maneira saudável, sem drogas e violência, bem como fornecer orientações para a tomada de decisões seguras e responsáveis.

Em 2023, as ações do Programa foram realizadas em 47 municípios por 127 policiais militares instrutores, totalizando 28.671 pessoas certificadas, inclusive em áreas rurais e ribeirinhas. O programa contribuiu com alunos que têm dificuldades de leitura e escrita, além de promover a inclusão de crianças e adolescentes com deficiências e transtornos.



Fonte: DPCDH, PMPA.



## PMZITO ★

O Programa e o respectivo planejamento estão sendo estruturados para permitir a efetiva implementação nas unidades policiais militares, seguindo o que prevê a Portaria n.º 50/2022 – GAB/CMD, que dispõe sobre a atualização da regulamentação e padronização do Programa PMZITO no âmbito da Polícia Militar do Pará. O documento norteia os conteúdos da Matriz Curricular, com disciplinas a serem desenvolvidas durante a realização das atividades, direcionadas para crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 15 anos.

Atualmente, o Programa PMZITO está sendo desenvolvido em parte das Unidades da PMPA, conforme quadro abaixo. As demais Unidades que possuem Monitor PMZITO estão em fase de estruturação, a fim de cumprirem a normatização disposta na Portaria que rege o Programa:



Fonte: DPCDH, PMPA.

### Municípios de atuação do PMZITO

Município	Unidade	Nº de monitores	Nº de crianças atendidas
Santarém	3º BPM	3	120
Soure	8º BPM	2	116
Itaituba	15º BPM	3	160
<b>Total</b>		<b>8</b>	<b>396</b>

Fonte: DPCDH, PMPA.

Priorizando a estruturação das Unidades que irão implementar as atividades do Programa PMZITO, a Polícia Militar do Pará realizou ações que resultaram na captação de recursos disponibilizados pela Sra. Paula Gomes, à época Deputada Estadual (2019-2022), a qual disponibilizou uma Emenda Parlamentar no valor de R\$ 150.177,60.

Tal iniciativa teve o objetivo de viabilizar o suporte logístico para o efetivo funcionamento do Programa a partir de 2024, tanto nas unidades policiais que já contam com o Monitor PMZITO, quanto naquelas que estão em fase de elaboração dos Projetos Pedagógicos para a implementação do Programa.

Os materiais e equipamentos adquiridos (mesas, cadeiras, armários, quadros magnéticos, centrais de ar, freezers, televisores, bebedouros, caixas de som portáteis, mini projetores, impressoras laser, e mesas de ping-pong) com os recursos de Emenda Parlamentar serão entregues tanto nas Unidades onde o programa está em funcionamento, quanto naquelas que estão em fase de implementação.

Diante do investimento orçamentário e do planejamento para o ano de 2024, o Programa PMZITO promoverá a efetiva consolidação das atividades junto à sociedade paraense, exaltando a prevenção primária como fator primordial para a segurança pública.



## Curso em Prevenção Ativa (CPA)

O Curso em Prevenção Ativa (CPA) tem por escopo capacitar oficiais e praças com conhecimentos e práticas voltados ao policiamento de proximidade, possibilitando a difusão dos conteúdos teóricos e práticos aos demais policiais militares.

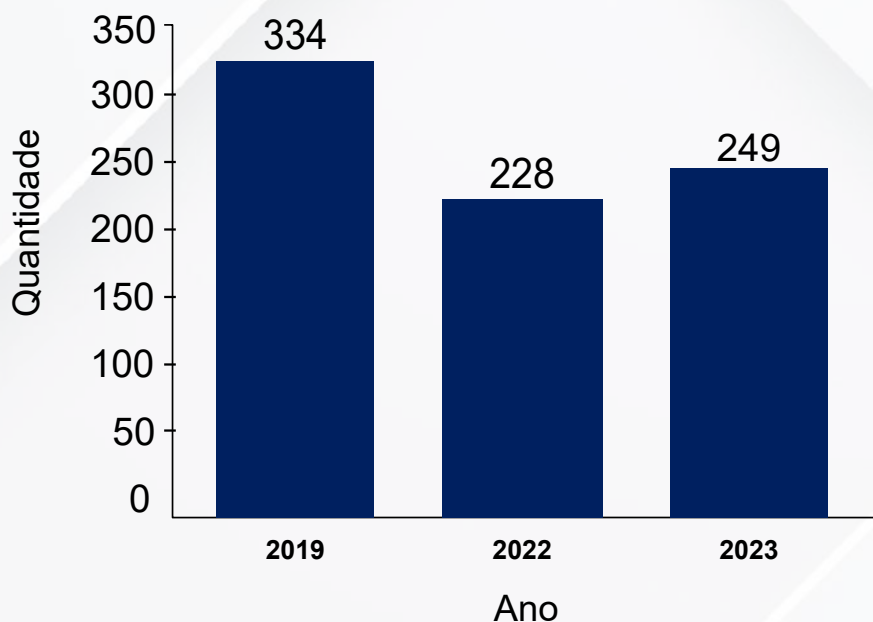
O curso capacita o policial militar nos níveis estratégico, tático e operacional dos batalhões e companhias independentes para compreender, planejar, realizar, controlar e avaliar ações policiais preventivas, antecipando-se às condutas violentas. Para tanto, envolve a realização de atividades por meio de um conjunto de ações policiais de caráter preventivo e proativo.

O Curso em Prevenção Ativa foi desenvolvido em duas edições em nove Comandos Intermediários (COINTs), além do Quartel do Comando Geral da PMPA (QCG), atendendo 31 Organizações Policiais Militares (OPM), distribuídas em nove municípios, tendo como resultado 249 policiais militares formados.



Fonte: ASCOM, PMPA.

### Curso em Prevenção Ativa (CPA)



Fonte: DPCDH, PMPA.



## ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A Corregedoria-Geral é o órgão correccional da Polícia Militar do Estado do Pará responsável pela orientação, prevenção e fiscalização das atividades funcionais e da conduta profissional dos policiais militares que compõem a Instituição, fomentando o fiel cumprimento das legislações específicas que regem a atividade. Reorganizada por meio da Lei Complementar n.º 153, de 1º de julho de 2022, que alterou a Lei Complementar n.º 053, de 07 de fevereiro de 2006 (Lei de Organização Básica da PMPA), a Unidade teve a estrutura ampliada, a fim de estar adequada às demandas que a dinâmica da missão impõe.

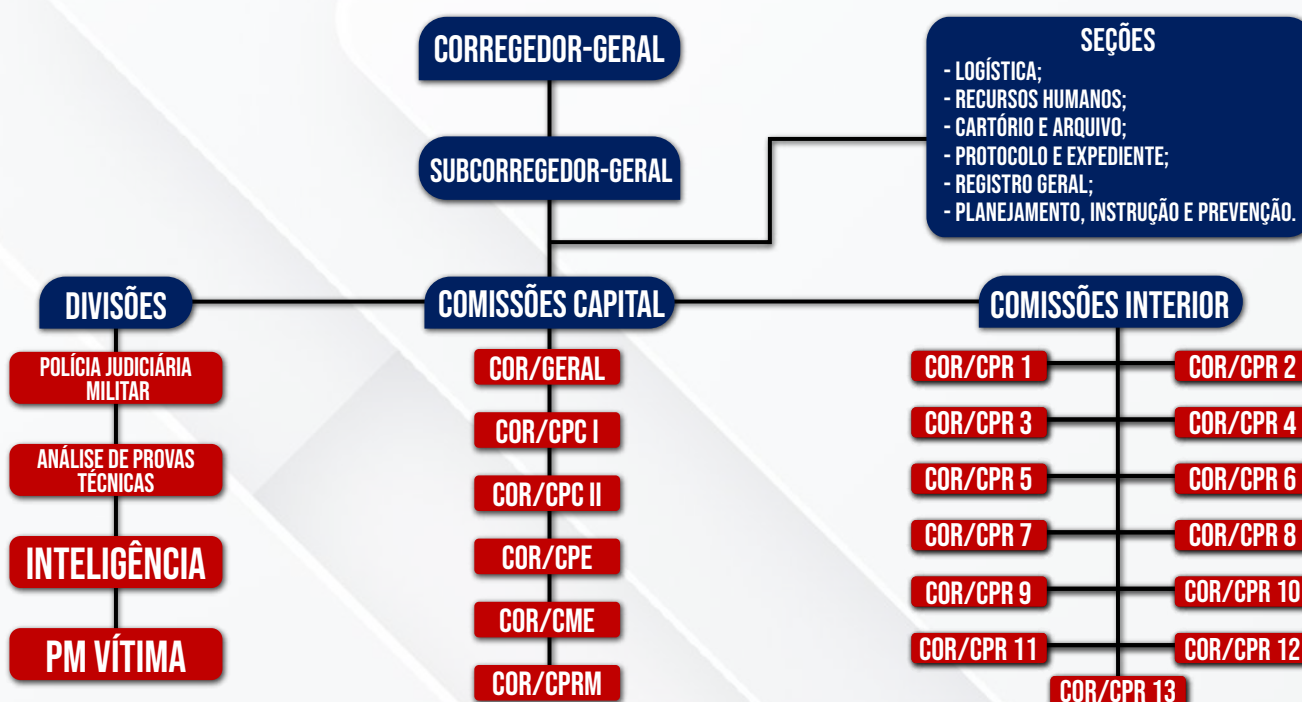
Atua de forma desconcentrada no Estado do Pará, com Comissões instaladas na Capital, Região Metropolitana e nos principais municípios, cujas sedes são coincidentes com as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), para melhor atender à população e, conseqüentemente, agilizar a solução dos processos e proce-

dimentos ocorridos nos mais distantes rincões do Estado, conforme o organograma.

Diretamente vinculada ao Comandante-Geral, também é responsável pelo assessoramento disciplinar que visa aprimorar a ética, a disciplina e a hierarquia entre os integrantes da Corporação. Com atuação em todo o território do Estado do Pará, realizada por meio das Comissões de Corregedoria dos Comandos Operacionais Intermediários (COINTs), conta com efetivo total de 283 policiais militares, sendo chefiada pelo Corregedor-Geral, Coronel QOPM Ricardo André Bilóia da Silva.

A sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, n.º 4.466 e foi inaugurada no final do ano de 2023, momento histórico em que a Corregedoria-Geral recebeu prédio próprio, com instalações modernas proporcionando melhor qualidade de trabalho aos militares, bem como mais conforto e melhor receptividade.

Organograma da Corregedoria-Geral PMPA, 2021



Fonte: Corregedoria-Geral, PMPA.



## Acolhimento do cidadão

O cidadão é acolhido pelo setor do Registro-Geral da Corregedoria, responsável pelo atendimento ao público de forma ininterrupta, ou seja, funciona 24h por dia.

O acolhimento ao cidadão é realizado no prédio da Corregedoria que está localizado na Avenida Almirante Barroso, n.º 4.466, em frente ao 2º Batalhão de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro. É um local de fácil acesso ao público, cumprindo a regulamentação da Lei de Organização Básica (LOB) da Corporação. Há um policial militar à disposição para recepcionar as comunicações de fato e gerar o Boletim de Ocorrência Policial Militar (BOPM), iniciando a apuração de eventuais transgressões disciplinares ou de crimes militares relacionados à atuação policial.

Essas situações podem ensejar a abertura de procedimentos/processos administrativos de verificação da conduta do policial, os quais podem resultar em punição administrativa e/ou encaminhamento à justiça militar para as providências em âmbito criminal. Tais medidas, considerando a legalidade, visam o compromisso de aprimorar o serviço prestado à sociedade paraense, conforme o infográfico abaixo:



Fonte: Corregedoria-Geral, PMPA.

Da análise acima, depreende-se o aumento de 22,10% no número de registros realizados no ano de 2023 em comparação com o ano de 2022, demonstrando que a sociedade se sente mais à vontade e mais confiante com o serviço da Corregedoria-Geral.



Fonte: Corregedoria-Geral, PMPA.

Vale ressaltar a importância nas opções de acionamento da Corregedoria-Geral, pois além do atendimento pessoal na base, está disponível comunicações de fato por meio do "Disque Denúncia", acionado pelo telefone 181, no qual se preserva a identidade dos informantes.

Além disso, ao registrar a situação junto à Unidade, o cidadão pode solicitar para que a Corregedoria-Geral encaminhe imediatamente o caso para análise técnica. Dessa forma, as informações podem ser obtidas no mesmo dia, proporcionando indícios essenciais para contribuir nas investigações conduzidas pela Polícia Militar ou para encaminhar a questão às autoridades civis, como a Polícia Civil. Essa abordagem torna o serviço mais rápido, assegurando respostas mais efetivas para a população.



Todas as demandas relatadas no Registro da Corregedoria são encaminhadas para análise do Subcorregedor-Geral, que avalia, de acordo com a necessidade e complexidade dos casos, o destino que será dado à denúncia. Essa poderá ser imediatamente encaminhada para apuração por uma das Comissões de Corregedoria ou para a Divisão de Polícia Judiciária Militar (DPJM) responsável por investigações de caráter altamente sigiloso e de maior complexidade. Necessitando, de maiores esclarecimentos ou até de identificação dos sus-

peitos, os documentos são despachados à Divisão de Inteligência (D. INT).

Com todas as ações mencionadas, percebe-se que a Corregedoria da Polícia Militar do Pará cumpre as determinações previstas em lei, assim como os objetivos presentes no tópico 5.1.1 do Plano Estratégico da PM, com o objetivo de fortalecer o papel preventivo da instituição, ou seja, o Órgão Correcional atua com o objetivo de balizar a conduta da instituição para melhor servir a população paraense.

## Divisão de Análise de Provas Técnicas (DAPT)



A Divisão de Análises e Provas Técnicas (DAPT) é responsável pelas atividades técnicas especializadas de obtenção de dados forenses, além da análise e tratamento de dados técnicos. Atualmente, realiza procedimentos periciais em dispositivos eletrônicos (celulares, tablets, computadores, dispositivos DVR, drones, etc.), análise de conteúdo técnico com o objetivo de atender às demandas judiciais e administrativas, garantindo a cadeia de custódia, proporcionando maior qualidade e celeridade em processos e procedimentos da PMPA. É possível que a vítima, ao procurar a Corregedoria-Geral para formalizar alguma reclamação, possa, voluntariamente, entregar material eletrônico para ser periciado, agilizando a coleta de informações para subsidiar a investigação. A divisão está desenvolvendo sistemas e procedimentos a serem adotados pela PMPA no sentido de garantir os princípios elencados na Constituição Federal.

A DAPT abrange o atendimento de demandas judiciais de extração de dispositivos eletrônicos, análise de conteúdo de mídia e suporte na análise de perícia criminal de outros órgãos. Houve investimento na especialização dos militares, a exemplo da capacitação em sistemas forenses de extração de dados, pós-graduação em computação forense e pós-graduação em gestão do conhecimento em segurança pública e perícia criminal.

Fonte: Corregedoria-Geral, PMPA.



## Divisão de Inteligência (D.INT)

O Art. 10, § 2º, V, alíneas a e b da Lei Complementar n.º 126, de 13 de janeiro de 2020, dispõe sobre a criação, no âmbito da Corregedoria-Geral, da Divisão de Inteligência (D.INT), tendo como objetivo principal a produção de conhecimento e provas de eventuais desvios de condutas praticadas por policiais militares, que podem configurar crimes ou transgressões disciplinares contra qualquer cidadão ou entre os policiais militares.

A D.INT desenvolve atividades funcionais com base na previsão legal, nas espécies de Inteligência de Polícia Judiciária (ISP). A Inteligência Policial Judiciária está orientada para a produção de conhecimento e, excepcionalmente, a produção de provas. Havendo necessidade de acrescentar aos procedimentos policiais e judiciais elementos probatórios, os quais deverão estar materializados em documento destinado ao público externo, denominado Relatório Técnico (RT).

Durante o período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro do ano de 2023, a Divisão de Inteligência recebeu 455 pedidos de busca e diligências de diversos órgãos, por meio de ofícios, memorandos, BOPM, disque denúncia, processos, audiências de custódia, notícias de fato, mandados de prisão, despachos de presidente de comissões, entre outros. No período mencionado, concluiu 395 pedidos, através de relatórios de inteligência, relatórios técnicos, relatório de antecedentes pessoais e Certidões. Estão em análise 60 pedidos.

Foram realizados diversos cursos e capacitações na área de inteligência, a fim de habilitar sete agentes nas diversas áreas, a exemplo das inteligências cibernética, estratégica e policial, visando especializar o atendimento à sociedade.



### PERCENTUAL DE RESOLUTIVIDADE

Em Análise	<b>13%</b>
Concluídos	<b>87%</b>



### PERCENTUAL DE DOCUMENTOS DE INTELIGÊNCIA PRODUZIDOS EM 2023

<b>60%</b> Relatório Técnico	<b>24%</b> Relatório Diligência	<b>12%</b> Relatório de Antecedentes Pessoais	<b>4%</b> Relatório de Inteligência
---------------------------------	------------------------------------	--	--

Fonte:Corregedoria-Geral, PMPA.



## Divisão de Polícia Judiciária Militar (DPJM)

Composta por equipes de oficiais e praças, os quais são responsáveis pelas investigações de crimes militares mais complexos, que requerem técnicas avançadas de coleta de dados, além de ferramentas operacionais e investigativas visando pedidos de medidas cautelares, como buscas e apreensões, quebra de sigilo telefônico e telemático, quebra de sigilo bancário e

fiscal, entre outras, conforme as investigações exijam.

A DPJM realiza os atos mais complexos, que demandam mais critério para a elucidação, garantindo o compromisso de transparência e retidão da PMPA, inclusive em combater ilegalidades internas.

## Ronda Disciplinar Ostensiva (RDO)

A Portaria n.º 213/2021 – GAB. CMDO instituiu a Ronda Disciplinar Ostensiva (RDO) com a missão de auxiliar os Comandantes, Chefes e Diretores no controle disciplinar por intermédio da prevenção, orientação e fiscalização das atividades policiais militares.

Com a prevalência de orientação e fiscalização dos Comandos Operacionais

Intermediários (COINT), na tabela a seguir é demonstrada a distribuição das visitas aos grandes Comandos no ano de 2023. Destacaram-se o CPC I, com 81 visitas de orientação e fiscalização disciplinar, com ênfase nas áreas do 1º BPM (20) e 2º BPM (17), e o CPC II, com 79 visitas, a exemplo do 10º BPM (19) e 24º BPM (7).

### Quantidade de visitas a grandes comandos de janeiro a dezembro de 2023

Comando Operacional Intermediário	2023
Comando de Policiamento da Capital I (CPC I)	81
Comando de Policiamento da Capital II (CPC II)	79
Comando de Policiamento Especializado (CPE)	45
Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM)	40
Comando de Missões Especiais (CME)	38
Comando de Policiamento Ambiental (CPA)	25
<b>Total</b>	<b>308</b>

Fonte: Corregedoria-Geral, PMPA.

Além das visitas ordinárias às unidades militares, a RDO realizou, em 2023, diversas ações, como: averiguação correicional, apoio às diligências do DPJM e ao

PPJM, palestras de orientação, apoio a policiais militares, cumprimento de determinações Judiciais, entre outros.

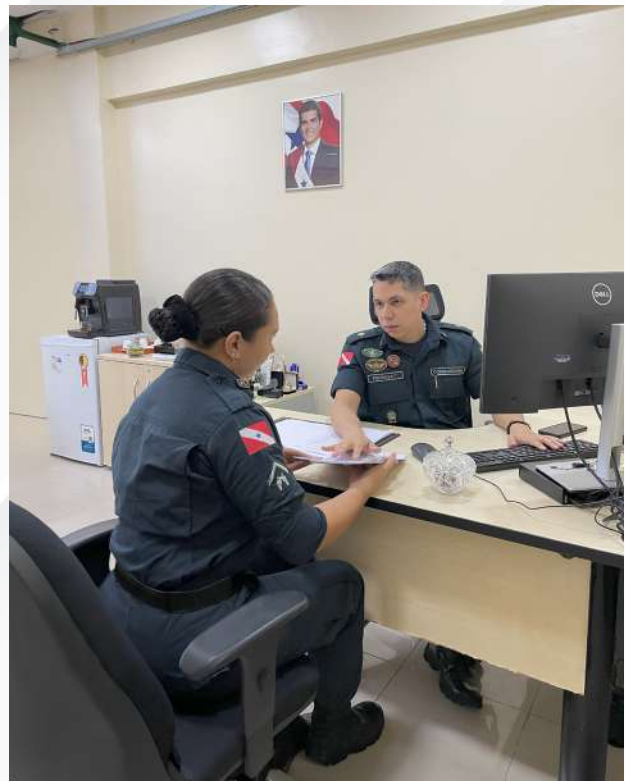


## Divisão PM Vítima

A Divisão PM Vítima, criada pela Lei Complementar n.º 126 de 13 de janeiro de 2020, tem duas subdivisões: 1) De acolhimento e atendimento e 2) Análise de Risco. A Divisão atua no campo administrativo, acompanhando e apoiando os policiais militares da ativa e da inatividade, que sofrem ameaças e tentativas contra a integridade física. A rede de proteção alcança também os familiares desses agentes envolvidos em fatos relacionados à natureza da função policial militar. Além disso, a Divisão auxilia a Polícia Civil na investigação de crimes cometidos contra policiais militares.

O acolhimento é feito por meio de um protocolo de atendimento, onde é pormenorizada a situação de risco do policial, momento em que se busca, inclusive, identificar todos os envolvidos que caracterizam risco ao militar. Também é possível fazer o primeiro contato com a Divisão por meio do telefone funcional (91 98405-0902). Posteriormente, é elaborado o relatório de análise de risco para avaliar a gravidade das ameaças, sendo encaminhado ao Centro Integrado de Atenção Psicossocial (CIAP) para avaliação social. Caso necessário, é solicitado o aluguel social, no intuito de auxiliar o policial militar a mudar o local de residência, bem como realizar a inserção do profissional em rede de apoio e proteção prestada

pela própria Instituição, levando em consideração a área em que o policial reside. Para tanto, é determinado ao Comandante da área de policiamento o cumprimento de rondas ostensivas no local indicado. Os Batalhões de área preparam Cartão-Programa para que sejam realizadas rondas específicas na área de circunscrição da residência do policial assistido pela Divisão PM Vítima, a fim de proporcionar maior proteção.



Fonte: Divisão PM Vítima, PMPA.

### Atendimentos realizados pela Divisão PM Vítima em 2022 e 2023

2022  
114

2023  
85



Fonte: Divisão PM Vítima, PMPA.



### Natureza dos Crimes cometidos contra policiais Militares em 2022 e 2023

Vitimização	2022	2023
Homicídio	11	17
Tentativa de Homicídio	20	3
Tentativa de Roubo	22	0
Roubo	2	0
Lesão Corporal	10	7
Ameaça	47	85
Latrocínio	2	0
Suicídio	0	0
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>112</b>

Fonte: Divisão PM Vítima, PMPA.

Por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SE-GUP) e da Companhia de Habitação Popular (COHAB), foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 005/2018, a fim de estabelecer o Auxílio Moradia para policiais militares do quadro de praças. Como medida mitigadora, o Governo do Estado do Pará disponibilizou aluguel social para 281 policiais militares, no valor total de R\$ 147.370,45.

As movimentações visam proteger a integridade física e psíquica do policial militar e das famílias em decorrência de ameaças sofridas. Assim, o profissional é transferido

de localidade para que possa desempenhar a função de forma mais segura.

Diante desse panorama, torna-se perceptível a importância da Divisão no apoio prestado pela Instituição ao policial militar que, eventualmente, devido à natureza da função, é vítima de ameaças ou até tentativas contra a integridade física, assim como aos familiares que, por vezes, também sofrem ameaças.

Isso evidencia a preocupação da Corporação em proporcionar ambiente seguro em todos os aspectos para o maior patrimônio da PMPA, que são os policiais militares.

### Plantão de Polícia Judiciária Militar (PPJM)

O serviço de Plantão de Polícia Judiciária Militar foi instituído pela Portaria n.º 213/2021 – GAB.COMDO, tendo como encarregado oficiais do posto de Capitão, Major ou Tenente Coronel. Cabe ao chefe do PPJM, além de atuar na condição de representante da Corregedoria-Geral, orientar as OPMs nas diversas situações e nas ocorrências de maior complexidade, que exijam o exercício do poder de polícia judiciária militar.

Com o serviço de verificação *in loco*, a Corregedoria reforça o compromisso de buscar a excelência em todos os aspectos da Corporação, observando a rotina administrativa de cada unidade, conhecendo assim, a dinâmica de policiamento conforme áreas estabelecidas em ordem de missão.



## Processos e Procedimentos

No ano de 2023, as Comissões de Corregedoria da Polícia Militar do Estado do Pará instauraram um total de 2.201 processos e procedimentos, assim distribuídos: 225 Diligências, 112 Apurações Preliminares, 898 Sindicâncias, 654 Inqué-

ritos Policiais Militares, 225 Processos Administrativos Disciplinares Simplificados, 5 Processos Administrativos Disciplinares Sumários, 79 Conselhos de Disciplina e 03 Conselhos de Justificação.

### Processos e procedimentos instaurados pela Corregedoria em 2023.

Tipo	2022	2023
Diligências	486	225
Apuração Preliminar	83	112
PADSU	9	5
Sindicância	816	898
IPM	709	654
PADS	282	225
Conselho de Disciplina	39	79
Conselho de Justificação	2	3
<b>Total</b>	<b>2426</b>	<b>2201</b>

Fonte: Corregedoria-Geral, PMPA.

Entre os processos analisados, é possível perceber um aumento significativo na conclusão de Sindicâncias, Processos Administrativos Disciplinares Simplificados

(PADS), Conselhos de Disciplinas (CD) e Conselhos de Justificações (CJ), conforme apresentado na tabela abaixo.

### Análises e diligências concluídas de processos e procedimentos realizados pela Corregedoria Geral de janeiro a dezembro de 2023

Tipo	2022	2023
Diligências	468	277
Apuração preliminar	84	74
Sindicância	6	664
PADSU	742	5
IPM	743	658
PADS	360	362
Conselho de Disciplina	92	133
Conselho de Justificação	1	5
<b>Total</b>	<b>2496</b>	<b>2178</b>

Fonte: Corregedoria-Geral, PMPA.



## Premiação pecuniária por apreensão de armas de fogo

Dentro das atividades realizadas pela Corregedoria, existe a premiação pecuniária ao policial militar que realiza apreensões de armas de fogo. Em 2023, houve um aumento de 32,46% do número de armas de fogo apreendidas em relação a 2022, resul-

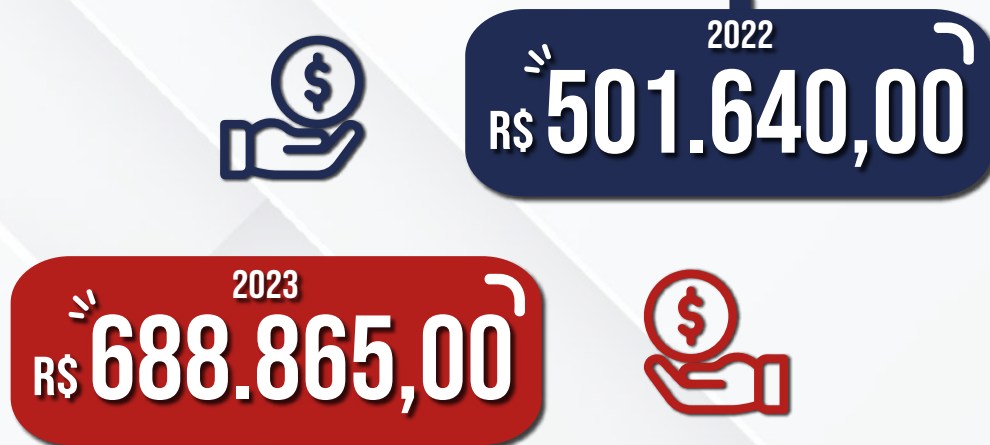
tado este que contribui diretamente para a redução dos índices de criminalidade.

**Quantidade de armas apreendidas que resultaram em processos de premiação pecuniária deferidos pela Polícia Militar do Pará de janeiro a dezembro de 2022 e 2023**



Fonte: Corregedoria-Geral, PMPA.

**Valor pago pela Polícia Militar do Pará em premiação decorrente de armas apreendidas de janeiro a dezembro de 2022 e 2023**



Fonte: Corregedoria-Geral, PMPA.

## CONSULTORIA JURÍDICA

A Consultoria Jurídica (CONJUR) da PMPA é o órgão de assessoria do Comandante-Geral que exerce um papel essencial para a pacificação das relações sociais do público interno e externo, contribuindo para a efetividade da prestação de serviço da Corporação, tendo por fundamentos basilares a legalidade e a promoção da dignidade da pessoa humana.

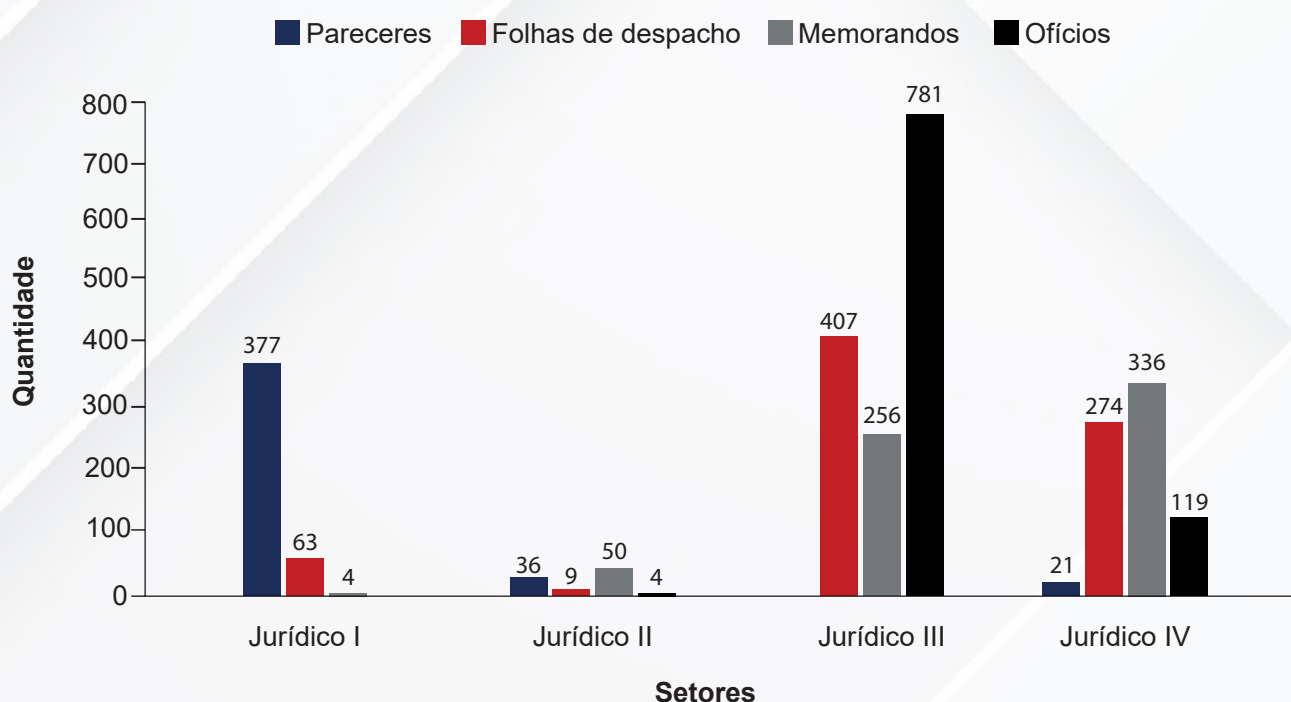
Internamente, a CONJUR é dividida em quatro especialidades: o Jurídico I, responsável por analisar processos referentes a contratos administrativos e licitações; o Jurídico II, que analisa os processos referentes à promoção dos militares, bem como a concessão da medalha Sotero de Menezes; o Jurídico III, cujo propósito é analisar e comunicar atos processuais e decisões judiciais; e o Jurídico IV, que analisa as demandas administrativas diversas que não se enquadram nos demais jurídicos.

Uma diversidade de processos passa pela CONJUR para análise e emissão

de Pareceres Jurídicos, visando garantir a legalidade na atuação da PMPA. Além de desempenhar o papel de assessoramento jurídico, a Consultoria também se posiciona como um Órgão essencial para a Corporação, colaborando ativamente na realização dos objetivos da PMPA enquanto resguarda a Instituição de desdobramentos judiciais e administrativos. Ao assumir uma abordagem proativa e preventiva, a Consultoria Jurídica reforça a segurança jurídica, fomentando uma administração pública responsável e alinhada aos princípios legais.

Respeitando a previsão do Plano Estratégico da PMPA, observa-se que a CONJUR atende a população e as demandas internas, orientando a Instituição com base na legislação aplicável a cada caso, aprimorando a gestão organizacional. Conforme dados coletados, a Consultoria Jurídica analisou 2.477 processos no ano de 2023, destacando-se especialmente o Jurídico III, englobando mais de 60% das análises.

### Produção de documentos em 2023



Fonte: CONJUR, PMPA.



## RESPONSABILIDADE SOCIAL



### Cães policiais auxiliam na terapia de pacientes de hospitais

Em diversas oportunidades durante o ano, os cães “Alecrim e Mário”, do Batalhão de Ações com Cães (BAC), realizaram a Cioterapia durante visitas em hospitais oncológicos, asilos, creches e escolas.

A Cioterapia, também conhecida como Terapia Assistida por Cães, é uma atividade que utiliza o cão como facilitador no processo terapêutico. Segundo estudos os benefícios são: desenvolvimento de sentimentos positivos; contato, troca e afeto; amor incondicional, sem julgamentos; prazer em rir e brincar com o animal; sensação de conforto e bem-estar; estímulo mental, físico e emocional.

Em 2023, o cão Alecrim, treinado para visitas em instituições de saúde, levou alegria às crianças internadas em diversos hospitais. Em janeiro, no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HMUE), em Ananindeua, e no Hospital Oncológico

Infantil Octávio Lobo (HOIOL), em Belém, o cão interagiu com os pequenos pacientes, trazendo carinho e diversão. Em maio, uma equipe do BAC visitou o Hospital Regional Dr. Abelardo Santos, também em Belém, promovendo uma ação social na ala infantil. Em setembro e outubro, Alecrim e o companheiro Mário alegraram novamente as crianças em tratamento contra o câncer, no Hospital Oncológico Infantil Otávio Lobo

Nas visitas, a dupla proporciona doses generosas de carinho e diversão para pacientes, ajudando a criar um ambiente hospitalar mais agradável e empático. Esses momentos transcendem a rotina hospitalar e se tornam uma promessa de adoção de um animal de estimação ao retornar para casa. Além disso, as visitas dos cães do BAC e tutores aproximam a Polícia Militar do Pará da sociedade por meio do exercício do papel social da Instituição, que envolve a garantia do bem-estar de todos.



Fonte: BAC, PMPA.



## Equoterapia fortalece vínculos familiares

O Centro Interdisciplinar de Equoterapia (CIEC) da Polícia Militar do Pará (PMPA), em Belém, é reconhecido pelas sessões terapêuticas que unem pais e filhos, como no caso de Milena Mesquita, uma jovem com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ela teve a oportunidade de cavalgar pela primeira vez junto ao pai, policial da reserva Wellington Mesquita, em comemoração ao Dia dos Pais. Milena, de 18 anos, participa das sessões há dois anos e apresentou melhorias notáveis de equilíbrio, foco e sociabilidade.

O Major Angelo Scotta, coordenador do CIEC, destaca a disponibilidade de vagas para a sociedade civil, e o psicólogo Clóvis Loureiro ressalta os benefícios cognitivos, emocionais e de autonomia proporcionados pela Equoterapia. O Centro, lo-

calizado no Regimento de Polícia Montada (RPMONT) da PMPA, reforça o compromisso da Corporação com o bem-estar da comunidade, destacando a importância da Equoterapia como ferramenta terapêutica acessível e eficaz.



Fonte: VC Maria Clara, PM/2, EMG, PMPA.

## Policiais em ação salvando vidas

Ao longo do ano, ocorreram diversos casos de salvamentos realizados pela Polícia Militar do Pará. No dia 28 de maio, a PMPA atendeu uma ocorrência de engasgo envolvendo um bebê de sete meses, no bairro Nova Estrela, em Castanhal. O Cabo Reis e o Soldado Wesley Maciel, ambos do 5º BPM, foram interceptados por um cidadão que, aos prantos, solicitou apoio para salvar a vida do filho que estava engasgado com um pedaço de maçã. Após os policiais executarem a “Manobra de Heimlich”, para desobstruir as vias áreas superiores, a criança retomou os sentidos e foi devolvida, em segurança, aos pais. Os agentes foram condecorados com a Lâurea do Mérito Operacional por salvarem a vida do bebê.

No dia 3 de dezembro, também em Castanhal, o Sargento Glauber Silva e o Soldado Assunção salvaram a vida de um bebê de oito meses. Em outra intervenção, ocorrida no dia 11 de outubro, no bairro Nova Jerusalém, em Juruti, um policial militar salvou a vida de uma criança de um

ano que estava engasgada, evidenciando a importância da presença policial na comunidade e a dedicação desses profissionais em agir em situações de emergência. No Distrito Industrial, em Ananindeua, no dia 28 de dezembro, policiais do 29º BPM, demonstraram heroísmo ao salvar a vida de um bebê de dois meses. Essas ações ressaltam a importância do trabalho da polícia na proteção da população e demonstram o compromisso da PMPA com a segurança e o bem-estar da comunidade.



Fonte: Agência Pará.



## Evitando o cometimento de suicídio

Na madrugada do dia 3 de março, policiais militares do 26º BPM, unidade vinculada ao Comando de Policiamento da Capital II (CPC II), atuaram com rapidez e eficiência para evitar que uma mulher cometesse suicídio no distrito de Outeiro, em Belém. Populares acionaram os policiais ao testemunharem uma mulher que havia se debruçado no parapeito de uma ponte e ameaçava pular. Enquanto membros da Guarnição acionavam o Corpo de Bombeiros Militar, um oficial da PMPA dialogou com a jovem, na tentativa de demovê-la da ideia. Com habilidade e empatia, o oficial conseguiu distrair a mulher e a equipe conseguiu retirá-la do parapeito da ponte e conduzi-la para uma área segura. Em seguida, os bombeiros prestaram atendimento pré-hospitalar e a PM acompanhou todo o processo, garantindo o transporte seguro da mulher até a casa em que reside, onde ficou sob cuidados dos familiares.

Já no dia 10 de dezembro, a ação rápida de uma equipe de policiais do 17º BPM, unidade vinculada ao Comando de Policiamento Regional XIII (CPR XIII), evitou que uma tragédia acontecesse na Ponte do Curtume, em Xinguara, região Sudeste do Estado. Os policiais realizavam rondas preventivas pelo município, momento em

que foram informados que um homem estaria tentando se jogar da ponte. Prontamente, os policiais realizaram o deslocamento até o local e confirmaram a ocorrência. Diante da situação, eles iniciaram diálogo com o homem, na tentativa de convencê-lo a desistir daquela decisão. Após alguns minutos, ele foi dissuadido pelos militares e desceu do local. Os policiais o conduziram até uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), onde ele recebeu o atendimento médico necessário.



## Salvamento e resgate no Rio Tapajós, em Aveiro

Em Aveiro, Sudoeste do Pará, dois policiais lotados no 7º Pelotão Destacado do 15º BPM, Sargento Ivanildo e Soldado L. Santos, salvaram uma mulher que estava afogando-se no rio Tapajós. Os policiais, durante o patrulhamento ostensivo, foram alertados por moradores locais sobre uma mulher que havia sido levada pela correnteza do rio. Com o auxílio de uma embarcação, os militares a localizaram, realizaram o resgate e a conduziram rapidamente a uma unidade de saúde.

Durante o resgate, constataram que a vítima estava sofrendo um episódio psicótico e apresentava intenções autodestrutivas. Mesmo diante da complexidade, os policiais conseguiram conduzi-la para receber o atendimento médico necessário. Após o salvamento, um dos militares precisou permanecer em observação na unidade de saúde devido à ingestão de uma quantidade significativa de água, mas, felizmente, recebeu alta.



## Assistência a mulheres em trabalho de parto

Uma guarnição do 24º BPM, unidade do CPC II, realizou o parto de um bebê no bairro Tapanã, em Belém, no dia 27 de maio. Os policiais militares realizavam ações de radiopatrulhamento preventivo na região, quando foram acionados por um homem, que relatou que a esposa estava em trabalho de parto. A equipe da PM foi até a alameda Apocalipse e realizou os procedimentos para o nascimento da criança, a quem os pais chamaram de "Alexa Talita". Os agentes de segurança pública acionaram uma viatura de resgate do SAMU para transportar mãe e a recém-nascida em segurança até o Hospital Regional Abelardo Santos, em Icoaraci.



Fonte: Agência Pará.

Policiais do 28º BPM realizaram, com sucesso, um parto de emergência na Praça da República, em Belém, na manhã do dia 25 de outubro. A guarnição estava em patrulhamento na Avenida Presidente Vargas, quando foi informada por populares que uma mulher estava prestes a entrar em trabalho de parto. De imediato, os agentes transmitiram a ocorrência ao CIOP e deslocaram para o local indicado. Devido às fortes contrações da mãe, os soldados J. Oliveira, Soledade e Ariana conseguiram lençóis e um colchão, posicionaram a gestante adequadamente e realizaram o parto. Em seguida, a mãe e a recém-nascida, que recebeu o nome de "Vitória", foram encaminhadas para o Hospital Santa Casa de Misericórdia, onde receberam o atendimento médico necessário.



Fonte: ASCOM, PMPA.

## Resgate de animais silvestres

No ano de 2023, a Polícia Militar do Pará atendeu diversas ocorrências envolvendo animais silvestres em Belém. Em fevereiro, uma sucuri-verde, medindo seis metros de comprimento, surpreendeu os moradores do bairro Barreiro. Agindo rapidamente, o Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) interviu para devolver o réptil à natureza. Graças à ação diligente dos policiais, a sucuri passou por uma avaliação veterinária e, como estava em boas condições, foi transportada de volta ao habitat natural.



Fonte: G1 Pará.



Já no mês de maio, policiais do Batalhão de Polícia de Eventos (BPE) resgataram uma ave rara nas obras do novo Mangueirão. A ave migratória, identificada como um frango d'água azul, estava lesionada e com dificuldades para voar. Um trabalhador da obra teria avistado o animal e acionado os agentes da BPE, que contataram o Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), a fim de dar destino adequado à ave.



Fonte: ASCOM, PMPA.

Por fim, em setembro, equipes do BPA realizaram o resgate de uma cobra sucuri encontrada no condomínio Augusto Montenegro III, na rua Cabanagem, bairro Mangueirão. A cobra foi identificada por um dos moradores do condomínio que passava pelo local. Os policiais isolaram a área e realizaram a remoção da serpente que apresentava boas condições de saúde, sendo posteriormente solta em uma área de proteção ambiental.



Fonte: ASCOM, PMPA.



**A Polícia Militar destaca a importância de acionar profissionais especializados, como o Corpo de Bombeiros ou o Batalhão de Polícia Ambiental, em situações envolvendo animais silvestres. Essa abordagem garante não apenas a segurança da comunidade, mas também o respeito à vida selvagem, utilizando técnicas adequadas para a remoção e posterior devolução do animal à natureza.**

## Preservando o meio ambiente

A 1ª Companhia Independente de Policiamento Ambiental (CIPAmb) e o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-Bio) implantaram o Ponto de Entrega Voluntária (PEV) "Bertholletia excelsa", instalado na Base Jaramacaru, na Floresta Estadual (Flota) do Trombetas, município de Óbidos.

O projeto visa combater impactos negativos decorrentes do manejo inadequado de resíduos sólidos na região. Com o intuito de promover a educação ambiental na Unidade de Conservação (UC) e nas comunidades

circunvizinhas, o projeto inclui palestras destinadas aos extrativistas locais que coletam castanhas-do-pará.

A iniciativa contribuirá para incentivar o descarte adequado de resíduos sólidos, frequentemente deixados de maneira imprópria na floresta. Nas fases subsequentes do projeto, estão programadas oficinas de produção de sabão com insumos renováveis e cursos de artesanato. A coordenação enfatiza que a intenção é expandir a iniciativa, proporcionando melhor qualidade de vida para a população-alvo.



## Natal Solidário

No ano de 2023, foi realizada, por mais um ano, a ação social de entrega de brinquedos para crianças de comunidades carentes em todos os municípios atendidos pela Polícia Militar. Os policiais empregados na ação distribuíram brinquedos e cestas básicas em localidades vulneráveis socialmente. Em Belém, as viaturas saíram em comboio do Quartel do Comando Geral para realizar a entrega dos itens. Os presentes e alimentos foram arrecadados pelos militares como resultado da política preventiva institucional, na qual a Corporação atua não somente na repressão criminal, mas também se aproximando da sociedade, evidenciando a humanização policial.

A ação arrecadou e distribuiu mais de 27 mil brinquedos e mais de 3.200 cestas básicas, com destaque para o CPR III (Castanhal), que conseguiu distribuir mais de 6 mil brinquedos, e para o CPR VII (Capanema), que distribuiu mais de 750 cestas básicas nas comunidades circunscritas aos respectivos Comandos Intermediários.



Fonte: ASCOM, PMPA.



Fonte: ASCOM, PMPA.



## Natal Solidário nas Ilhas

A Companhia Independente de Polícia Fluvial, (CIPFLU) dentro das estratégias de criação de vínculo com a comunidade ribeirinha, busca desenvolver laços através de projetos sociais como o “Ribeirinho da paz”.

Este projeto, iniciado em 2011 e desenvolvido pela CIPLFU, vem sendo realizado com intuito de intervir de forma positiva na vida das crianças e adolescentes em situações de risco, por meio de atividades que desenvolvam as aptidões físicas, intelectuais, sociais e culturais.

Para isso, são empregadas práticas de artes marciais e atividades socioeducativas, sempre respeitando as individualidades e utilizando os valores presentes

no esporte e nas artes para refletir sobre os problemas do cotidiano e modificar aos poucos o comportamento, incorporando novas atitudes que possibilitem uma melhora significativa na qualidade de vida dos participantes, refletindo na comunidade como um todo.

A Companhia Independente de Polícia Fluvial realiza, anualmente, nas ilhas do entorno de Belém, a campanha “Natal Solidário nas Ilhas”.

Durante a campanha, há a entrega de brinquedos e cestas básicas. Ações como estas evidenciam o papel social da PMPA em ser promotora dos direitos humanos e da dignidade das pessoas.



Fonte: ASCOM, PMPA.